

O CACAU DA REGIÃO SUL DA BAHIA E A PERSPECTIVA HISTÓRICA DE UMA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Gesil Sampaio Amarante Segundo¹; Luciane Aparecida Goulart¹; Milton Ferreira da Silva Junior¹; Ana Paula Trovatti Uetanabaro¹

¹Universidade Estadual de Santa Cruz, Rodovia Jorge Amado, Km 16, Bairro Salobrinho, CEP 45.662-900, Ilhéus, BA, Brasil (gesil.amarante@gmail.com)

Rec.: 07.07.2014. Ace.: 16.09.2014

RESUMO

Este trabalho analisa o histórico da região produtora de cacau no sul da Bahia e discute aspectos relacionados à conveniência e à viabilidade da criação de um selo distintivo da modalidade Indicação Geográfica para esta realidade. Se por um lado, há um notório histórico de tradição e pertencimento desta cultura à região, também são conhecidos os problemas de unidade e com as tentativas de implementação do cooperativismo, além de um tecido social relativamente frágil. Todavia, até mesmo por serem estes problemas relevantes, importantes segmentos, instituições e entidades tem percebido a oportunidade trazida pelo trabalho com este mecanismo multidisciplinar e aglutinador de comércio justo.

Palavras chave: Indicação Geográfica. Cacau. Sustentabilidade. Sul Da Bahia.

ABSTRACT

This paper analyzes the history of the cocoa producing region in the south of Bahia and discusses aspects related to the feasibility and convenience of establishing a seal of Geographical Indication for this reality. If on one hand, there is a notorious history of tradition and belonging to the culture of this region, there are also known problems with the unity and with the attempts to implement the cooperativism, including a relatively fragile social fabric. However, even because these are relevant issues, major segments, institutions and authorities have been aware of the opportunity presented by working with this multidisciplinary and unifying mechanism for fair trade.

Keywords: Geographic Indication. Cocoa. Sustainability. South of Bahia.

Área tecnológica: Propriedade Intelectual.

INTRODUÇÃO

A Indicação Geográfica (IG) é, inicialmente, um mecanismo de comércio justo, destinada a impedir o uso indevido de nomes de regiões em que a produção de determinados produtos é notória ou adquire características únicas (FERREIRA et al., 2013). Este mecanismo se consubstancia em signos distintivos que somente podem ser utilizados pelos produtores associados à IG específica, o que, em tese, permite maior valorização do produto ou serviço regional, através da noção do pertencimento, mesmo não sendo *per se* um selo de qualidade.

No Brasil, as IG assumem duas formas: a Indicação de Procedência que demanda a apresentação a se ter elementos comprovadores para um nome geográfico se tornar conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou prestação do serviço. E a Denominação de Origem, que demanda a descrição das qualidades e/ou características do produto ou serviço que se devam, exclusiva ou essencialmente, ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos (FERNANDES; PEDREIRA, 2013).

Até por conta dos pré-requisitos para a sua obtenção, a IG torna-se uma potencial ferramenta de impulso ao desenvolvimento sustentável, na medida em que induz à consolidação de formas de produção responsáveis social e ambientalmente e ao cooperativismo. Uma IG não pode ser requerida por um órgão governamental (embora o Estado possa apoiá-la de diversas maneiras), e sim por uma associação de produtores da região delimitada (BRASIL, 2011), havendo ainda a possibilidade de ser requerida por único produtor, uma exceção raramente verificada.

Nesse contexto, é importante avaliar o esforço empreendido por associações de produtores, instituições acadêmicas e instâncias de governo no sul da Bahia para a construção, apoio e viabilização de IG para o produto historicamente mais emblemático da região, o cacau.

O Brasil é o quinto produtor mundial de cacau, já tendo sido por muitos anos o primeiro. É também o único país que possui toda a cadeia produtiva do cacau (HOLANDA, 2012), tendo o cultivo sido permitido já em 1679, através de Carta Régia (CEPLAC, 2013).

A região cacauzeira do sul da Bahia pertence à microrregião Ilhéus-Itabuna, que está integrada à Mesorregião litoral sul baiano. É uma região que conta com 41 municípios e tem uma população estimada em 997.957 habitantes (MENDES COSTA, 2012), com índices de desenvolvimento humano (IDH) entre baixo e médio (IBGE, 2013). Desde meados do século XIX, esta região esteve apoiada economicamente no plantio de *Theobroma cacao*, mais conhecida como cacau.

As sucessivas crises não foram suficientes para eliminar esta cultura após dois séculos de produção. No entanto, dentro das perspectivas e rigores que o século XXI trouxe, questões ambientais, sociais, entre outras, faz-se necessário que a lavoura cacauzeira se adéque e responda a exigências sociais, ambientais e de mercado.

O presente trabalho objetiva realizar um breve levantamento histórico e discutir as perspectivas e o potencial de uma eventual Indicação Geográfica em torno da produção regional de cacau como ferramenta de desenvolvimento sustentável na região sul da Bahia, levando em consideração suas características ambientais e suas singularidades.

METODOLOGIA

Para a operacionalização dos objetivos propostos, este trabalho utilizou uma abordagem qualitativa, a partir de uma pesquisa exploratória e bibliográfica (MINAYO, 1999; GIL, 2010). Documentos e publicações de órgãos e instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) foram utilizados e comparados com as referências bibliográficas levantadas sobre a história e desenvolvimento do

cacau na região e sobre as Indicações Geográficas enquanto teoria e prática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com alguns historiadores e pesquisadores (RIBEIRO, 2001; MENDES COSTA, 2012, BAIARDI; TEIXEIRA, 2010), o cacau foi introduzido no sul da Bahia em meados do século XVIII. Sementes do cacau já haviam sido distribuídas pela região a partir de plantações em Camamu (BA), no ano de 1802 e formaram a base de territorialização da lavoura.

No entanto, o plantio comercial do cacau teve início na década de 1830, quando efetivamente a região começou a ser desbravada (RIBEIRO, 2001; MENDES COSTA, 2012; CEPLAC, 2013). A adaptação do cultivo ao clima, solo e à paisagem do sul da Bahia levaram esta região a ser a maior produtora do país, gerando riquezas, criando cidades e uma cultura própria.

Segundo Setenta e Lobão (2012, p. 44), a região cacauceira ocupa uma área de cerca de 92.000 km² e tem no cacau-cabruca um elemento de identidade, de sustento econômico e de saber-fazer. O sistema cabruca é definido como “[...] predecessor dos sistemas agrossilviculturais (agroflorestais), apresenta melhor eficiência ambiental, potencialidade em propor inclusão social e rentabilidade sem erradicar a mata original [...]”. Ainda são atribuídos ao sistema cabruca alguns elementos positivos como a “produção sustentável de madeira, flores, fármacos e outros produtos [...]” (SETENTA; LOBÃO, 2012, p. 51).

Mendes Costa (2012) afirma que, na década de 1930, o cacau já era o principal produto da base econômica e de exportação do sul Bahia e suas colheitas faziam do país um dos maiores produtores. Durante o período de expansão e valorização do cacau, uma civilização foi construída, a chamada civilização cacauceira, marcada pela luta por terras, pelos jagunços, pelo luxo dos coronéis do cacau e pela mistura de culturas distintas como os povos indígenas, africanos, portugueses e libaneses que povoaram essa terra (ANDRADE; ROCHA, 2005). No final dos anos 1980, pragas como a vassoura-de-bruxa, causada pelo fungo *Moniliophthora perniciosa*, puseram fim à monocultura do cacau na região, de forma que outras alternativas foram buscadas pelos municípios da região. Muitas cidades, como Itabuna, buscaram sustentação no comércio; outras, como Ilhéus, na atividade turística e na atração de indústrias, por meio de incentivos fiscais. Apesar da crise e dos problemas enfrentados, nos últimos anos, produtores de uma nova geração têm buscado novas formas e métodos para cultivar e comercializar o cacau. Algumas dessas iniciativas vêm ganhando força e notoriedade, como, por exemplo, os chamados de “cacau fino”, premiados até mesmo em salões internacionais (INSTITUTO CABRUCO, 2012).

A despeito de ter sido a principal fonte de recursos da Bahia por décadas, na época áurea do cacau, a região sul permaneceu incapaz de acumular capital político e infraestrutura. Carrega todas as deficiências do país em termos de um ambiente institucional ainda em processo de consolidação, além das dificuldades adicionais da distância dos centros de poder estadual e federal. Além do ensino fundamental dentre os mais deficientes do país, a primeira instituição pública de ensino superior (UESC) tem apenas 23 anos (com a fundação resultante de um processo intrinsecamente ligado à crise do cacau) e o ensino técnico teve seus primeiros investimentos (campus Ilhéus do IFBA e de Uruçuca, do IFBaiano) nos últimos 5 anos. Aeroporto e porto (de Ilhéus) sofrem de limitações persistentes. Estradas carecem de reparos e duplicação há décadas e a indústria é fundamentalmente dependente de incentivos fiscais para se estabelecer e permanecer.

Na Bahia, sexto PIB do país (IBGE, 2013), alguns investimentos de infraestrutura têm sido programados para preparar um ambiente mais eficiente, embora boa parte deste investimento seja, na verdade, de origem federal ou privada (como no exemplo do Gasoduto Sudeste-Nordeste – GASENE – e do Complexo Intermodal Porto-Sul).

Para além destes investimentos e apesar da necessidade real de diversificação da economia, há toda uma história e uma cultura fortemente ligadas ao cacau, conhecida internacionalmente, com práticas

e métodos únicos no mundo para um produto primário que tem o chocolate como forma final mais conhecida, mas que pode ser utilizado em vários outros derivados, uma vez que a amêndoa representa apenas entre oito e dez por cento do fruto (CEPLAC, 2013).

Também merece destaque a subutilização do cacau, apontada por Lopes (1985, p.6), “o fruto do cacau é fortemente subutilizado, considerando que as sementes, que constituem o produto comercial, compreendem menos de 10% do seu peso”. Sucos, geleias, licores, entre outros produtos, são produzidos, mas em escala reduzida.

Este é um elemento que não pode desaparecer, mas que precisa, para além de aumento da produtividade, da diferenciação e valorização do caráter único associado à sua particular origem. O instrumento de diferenciação de um produto quanto à sua origem, seja por características físico-químicas únicas ou por pertencimento histórico-cultural, é a Indicação Geográfica (IG).

Baiardi e Teixeira (2010) acreditam que o desenvolvimento sustentável da região cacaeira, chamadas pelos autores de Litoral Sul e Baixo Sul, passa por dois caminhos: primeiro que a região não se isole e, segundo, que esta região venha a se tornar um centro de referência em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Neste cenário, a IG pode ser um dos instrumentos à disposição da região na busca por desenvolvimento e sustentabilidade. As IG “são ferramentas coletivas de proteção e promoção comercial de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios. [...] além de proteger, deve promover os produtos e sua herança histórico-cultural, que é intransferível” (BRASIL, 2011, p.16).

Para que uma IG seja estabelecida, é necessário o apoio e reconhecimento do Estado, mas trata-se de um ativo de Propriedade Intelectual (PI) pertencente às organizações de produtores, o que envolve intenso trabalho de conscientização, convencimento e organização de uma complexa rede de relações sociais, conforme o art. 182 da Lei de Propriedade Industrial – Lei 9.279/1996 (BRASIL, 2014).

O cooperativismo e o associativismo atravessaram grandes problemas para se estabelecerem de forma duradoura no sul da Bahia, o que certamente traz desafios adicionais para a tentativa de criação de uma IG relacionada ao cacau nesta região. De acordo com Mendes Costa (2012, p.188),

O comportamento do produtor pode ser reflexo do isolamento mantido com a fazenda, com o seu município ou para com a região produtora. Isso pode ser causa para, no âmbito individual e social, perderem-se alguns valores essenciais, o que levou à fragilidade das relações interpessoais, à perda da ação coletiva, ao individualismo, à falta de cooperação, à desconfiança e à prática desenfreada do hedonismo.

Outro agravante para a região cacaeira, depois da crise causada pela vassoura de bruxa, foi o desamparo institucional em que a região permaneceu. Nas palavras de Mendes Costa (2012, p.190) “[...] nem órgão, nem políticas públicas de amparo à economia regional, nem as organizações de defesa da lavoura. É um território, cujas regras e redes terão de ser reformuladas e incentivadas para a construção do novo desafio desenvolvimentista”.

Apenas a melhoria da qualidade das amêndoas na década de 1970, com a construção do polo industrial em Ilhéus, não foi suficiente para gerar mais lucros ou mudanças de mentalidade no produtor. A comercialização das amêndoas como *commodity* manteve e mantém o produtor refém de especulações de preços internacionais. Neste sentido, além da qualidade, há que se atrelar ao cacau, enquanto produto (e a seus derivados), a herança cultural, social e o valor percebido do

patrimônio ambiental da região e, a partir daí, trabalhar a diferenciação, singularidade deste produto porque feito neste território.

Como salientam Setenta e Lobão (2012, p. 60), as amêndoas de cacau no sul da Bahia têm um sabor característico destas terras. Os mesmos autores ainda propõem, dentro da perspectiva da conservação produtiva, como ações ambientais e socioeconômicas a promoção do “cacau-cabruca como Patrimônio Cultural da Bahia, do Brasil. Expressão histórica e sociocultural do sul da Bahia”.

É possível, todavia, que mudanças recentes nas redes de relações (MENDES COSTA, 2012) e na gestão do conhecimento possam trazer condições para que tais desafios sejam vencidos e uma série de ações já tem sido executadas nesta direção.

Segundo Mendes Costa (2012), houve uma mudança nas relações entre o produtor e outros atores sociais, como os chocolateiros e nas parcerias com universidades como a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Associações como a Associação de Produtores do Cacau (APC), o Instituto Cabruca e o Instituto Pensar Cacau (IPC) foram criadas depois de 1989.

Instituições e entidades como a Associação dos Produtores de Cacau do sul da Bahia, o Instituto Cabruca, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), são parceiras do projeto de IG que envolve o Cacau do sul da Bahia. Dessa maneira, é interessante citar Ferreira et al. (2013, p.133) quando esta destaca que “uma ação pioneira foi empreendida pela FAPESB que apoiou cinco Projetos de pesquisa vinculados à ICTs baianas na estruturação de Indicações Geográficas naquele Estado”.

O número de IGs concedidas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para regiões brasileiras aumenta a cada ano, como reflexo, entre outros fatores, do maior envolvimento de entidades como o SEBRAE, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e as Instituições de Ciência e Tecnologia (tipicamente Universidades). Existe, em nível institucional, ainda que não seja o ideal, uma articulação de redes e instituições (governamentais ou não) que permite e possibilita que redes sociais locais possam ser estabelecidas ou fortalecidas, Estas redes são de grande importância para a implantação e o desenvolvimento de uma IG.

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UESC tem organizado, desde 2010, uma série de eventos anuais em torno deste tema (I, II e III Workshop de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas da Bahia), é membro do Fórum Baiano de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas e está envolvido na criação do Fórum Nordeste de IG e Marcas Coletivas (MC). A UESC, juntamente com diversos parceiros, é organizadora geral do III Simpósio Internacional de Indicações Geográficas, a ser realizado de 18 a 21 de novembro deste ano. Além disso, esta universidade abriga o maior banco online de trabalhos sobre IG do Brasil (NIT UESC, 2014).

Exemplos outros de IG já estabelecidas no Brasil trazem importantes ensinamentos sobre os aspectos relacionados às redes sociais envolvidas, quer na viabilização da IG como selo distintivo efetivamente agregador de valor comercial (Vale dos Vinhedos – RS) ou como parte de estratégias maiores de revitalização regional (Paraty-RJ).

Existem outros possíveis reflexos positivos, alcançáveis durante ou após o processo de obtenção do registro de uma IG, que envolvem ações de valorização da cultura local com, por exemplo, o incremento no turismo, em especial o chamado Turismo Cultural (RICHARDS, 2009), uma maior organização da produção, a valorização de modos de produção sustentáveis. Todos estes apontam na direção de um desenvolvimento regional sustentável nas esferas econômica, social e ambiental (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, Anjos et al. (2013), argumentam que desenvolvimento agrícola é diferente de desenvolvimento rural. O primeiro destes pode ser feito sem a presença de pessoas no campo; no entanto, o desenvolvimento rural necessita de pessoas, da comunidade e de seus conhecimentos. Ainda segundo Anjos, Criado, Bezerra (2010, p.3),

[...] as indicações geográficas podem converte-se em um importante instrumento para o desenvolvimento de muitas zonas rurais do Brasil, sempre e quando exista uma base conceitual mais ampla, a qual estabeleça a identidade cultural dos territórios no centro das estratégias de intervenção dos entes públicos ou privados interessados nesses processos.

É dentro deste contexto que as IGs surgem para a região como uma possibilidade de aliar cultura, tradição, as singularidades da localidade, identidade e modernidade; políticas públicas, redes sociais, desenvolvimento rural, autoestima e eficiência.

Neste sentido, a IG, cujo incentivo é uma política pública, trabalha a partir da associação dos produtores. Suporte e assistência são prestados aos produtores por órgãos, autarquias e entidades não-governamentais como o INPI, MAPA, SEBRAE e universidades, na medida em que são procurados pelo produtor que se interessa em agregar valor à sua produção e, por conseguinte, ao seu produto. Em alguns casos, as instituições identificam potenciais IG e as encorajam e acompanham como é o caso do Vale do Jalapão (BRASIL, 2011).

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O cacau foi a mais longa monocultura do país, sendo que, nos cerca de 200 anos de produção, a mão de obra livre foi utilizada majoritariamente. No entanto, os produtores não foram capazes de capitanear para a região políticas públicas ou prestígio político duradouro. Redes sociais, na região, só começaram a ser articuladas depois da crise da vassoura de bruxa, em 1989 (SETENTA; LOBÃO, 2012; MENDES COSTA, 2012).

Talvez, devido a tão longo período de produção de um único cultivo e de todo o *status* que este atribuiu a seus produtores, o elemento de identidade com o cultivo permaneça forte o suficiente para que persistam com a produção apesar dos últimos 20 anos terem sido marcados por uma crise contínua.

A viabilidade econômica do produto cacau e seus derivados não está em discussão; no entanto, a produção do fruto no sul da Bahia deve buscar caminhos para sua viabilidade social, cultural e ambiental. A região cacauzeira e seus diversos atores sociais produziram nestes últimos dois séculos conhecimentos, hábitos e um modo de vida que se transformou ao longo do tempo, mas que pode agregar valor aos produtos e derivados do cacau.

A IG trata da valorização pela diferenciação, estratégia oposta à padronização inerente ao conceito de *commodities*, sendo perfeitamente inserida no contexto de economia da experiência (PINE II; GILMORE, 1998), requerendo ações em rede envolvendo estado, academia e produtores, como preconizado pelo modelo da Hélice Tripla que viabiliza e potencializa a inovação nas economias (ETSKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000; LEYDESDORFF, 2010). Apresenta, portanto, uma interessante conexão entre as duas ideias-síntese propostas por Baiardi e Teixeira (2010) para o desenvolvimento sustentável da região: Integração (tanto nacional quanto global) e Inovação.

Não será, certamente, apenas através de uma exitosa implantação de IG que os problemas da lavoura cacauzeira serão resolvidos. É, todavia, uma ferramenta em que diversos aspectos da realidade social e econômica da região podem ser trabalhados, em particular aqueles relacionados a conceitos e ideias tais como sustentabilidade, território, relações de poder, capital social,

desenvolvimento agrícola e rural, redes sociais e gestão do conhecimento. Todos fundamentais para o desenvolvimento desse signo distintivo, na medida em que relacionam o território onde o cacau é produzido e os conceitos e condicionantes de uma Indicação Geográfica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. P.; ROCHA, L. B. **De Tabocas a Itabuna**: um estudo histórico-geográfico. Ilhéus: Editus, 2005.

ANJOS, F. S.; CRIADO, E. A.; BEZERRA, A. J. A. Indicações Geográficas na Europa e no Brasil e sua contribuição ao desenvolvimento rural. Metamorfoses do Rural Contemporâneo, ST n. 19 34º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...** ANPOCS: Caxambu, MG, 25 a 29 de outubro de 2010. p.1-23.

ANJOS, F. S.; et al. Sobre 'Efigies' e 'Esfingies': Indicações Geográfica, capital social e desenvolvimento territorial. In: DALLABRIDA, Valdir Roque (Org.). **Território, identidade territorial e desenvolvimento regional**: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. São Paulo: LiberArs, 2013.

BAIARDI, A.; TEXEIRA, F. **O desenvolvimento dos territórios do Baixo Sul e do Litoral Sul da Bahia: a rota da sustentabilidade, perspectivas e vicissitudes**. Salvador-Bahia, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Propriedade Industrial e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Indicações Geográficas Brasileiras**. Brasília: SEBRAE, 2011.

BRASIL. Lei de Propriedade Industrial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm>. Acesso em: 02 jul. 2014.

CEPLAC. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/radar_cacau.htm>. Acesso em: 16 out. 2013.

ETSKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The Dynamics of Innovation: From National Systems and 'Mode 2' to a Triple Helix of University-Industry-Government Relations. **Research Policy**, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

FERNANDES, L. R. R. M. V.; PEDREIRA, R. B. A proteção no Brasil das indicações geográficas nacionais no período 1997-2011. In: NIEDERLE, Paulo André. **Indicações Geográficas**: qualidade e origem nos mercados alimentares. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.

FERREIRA, A. M. Indicação Geográfica no Brasil: aspectos legais. In: DALLABRIDA, Valdir Roque (Org.). **Território, identidade territorial e desenvolvimento regional**: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. São Paulo: LiberArs, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOLANDA, M. **Chocolate para o mundo ver**. Jul/2012. Agência Prodetec. Disponível em:<<http://www.agenciaprodetec.com.br/especiais/275-cacau-apos-crise-transformacao-e-mercado-em-alta-.html>>. Acesso em: 16 out. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Desenvolvimento Humano 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bahia**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ba&tema=contasregionais2010>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

LEYDESDORFF, L. The Knowledge-Based Economy and the Triple Helix Model. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 44, p. 367-417, 2010.

LOPES, S. A. F. **Situação atual da utilização de subprodutos de cacau no Brasil**. Ilhéus: CEPLAC, 1985. 26p.

MENDES COSTA, F. **Políticas públicas e atores sociais na evolução da cacauicultura baiana**. Vila Velha, ES: Opção Editora, 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

NIT UESC. Núcleo de Inovação Tecnológica. Banco de trabalhos sobre IG. Disponível em: <<http://nbcgib.uesc.br/nit/ig/pesquisa.php>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

PINE II, J.; GILMORE, J. **The experiency economy: work, is theatre & every business a stage**. New York: HBS Press, 1998.

RIBEIRO, A. L. R. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge dos Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Editus, 2001.

RICHARDS, G. Turismo Cultural: padrões e implicações. In: CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org.). **Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: Editus, 2009.

SETENTA, W.; LOBÃO, D. E. **Conservação Produtiva: cacau por mais 250 anos**. Itabuna - Bahia, 2012.